

Clarice Lispector e a redenção de Mineirinho: o escritor como agente social

Clarice Lispector y la redención de Mineirinho: el escritor como agente social

Tiago Rodrigues Fernandes

Universidade Estadual de Ponta Grossa

RESUMO

Em 1962, Clarice Lispector escreve a crônica *Mineirinho*, baseada na execução de um homem com treze tiros, pela polícia do Rio de Janeiro. Em vista disso, esse artigo se propôs a uma discussão sobre o papel do escritor como agente social, dentro de um contexto de uma literatura de denúncia. Assim, investiga-se como a literatura assume uma função fundamental para desnudar as mazelas ocasionadas pelas desigualdades sociais. Por meio de pesquisas de caráter bibliográfico, com fundamentação teórica em textos ficcionais e teórico-metodológicos, foi possível perceber que escritores(as), assim como Clarice em *Mineirinho*, expõe, redime e imortaliza em obras literárias personagens marginalizados no quadro social de seus respectivos tempos.

PALAVRAS-CHAVE

Escritor. Denúncia social. Clarice Lispector. Mineirinho

EN RESUMEN

En 1962, Clarice Lispector escribió la crónica *Mineirinho*, basada en la ejecución de un hombre con trece tiros por la policía de Río de Janeiro. Frente a eso, este artículo propuso una discusión sobre el papel del escritor como agente social, en el contexto de una literatura de denuncia. Así, investiga cómo la literatura asume un papel fundamental en el develamiento de los males que provocan las desigualdades sociales. A través de la investigación bibliográfica, con fundamentos teóricos en textos de ficción y teórico-metodológicos, fue posible percibir que los escritores, así como Clarice en *Mineirinho*, exponen, rescatan e inmortalizan en obras literarias personajes marginados en el marco social de sus respectivos tiempos.

PALABRAS LLAVE

Escritor. Queja social. Clarice Lispector. Mineirinho

Tiago Rodrigues Fernandes

Graduado em Licenciatura em Letras Português/Espanhol pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E bolsista CAPES desde 2020. E-mail: tiagoroffer96@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6974-4604>.

Recebido em:
09/08/2022

Aceito em:
20/04/2023

NOVEMBRO/ 2023
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)
ISSN 0103-6858
P. 56-70

Mas desde já podemos concluir que o escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade.

Jean Paul Sartre

1. Introdução

Antonio Candido, ao defender a literatura como um direito humano, já nos lembrava que as temáticas sociais, como conteúdo de um texto literário, só atuam e tem efeito humanizador por conta da forma. Para Jean Paul Sartre, “ninguém é escritor por ter decidido dizer certas coisas, mas por haver decidido dizê-las de certa forma” (SARTRE, 2004, p. 22). Assim, a forma dá sentido e valor ao conteúdo, mas, para isso, é necessário, segundo Candido, que essa dicotomia esteja inextricavelmente conectada. E, aqui, sobre esse aspecto, o escritor tem papel preponderante.

E é sob essa concepção de literatura que este trabalho pretende analisar o conteúdo social presente na crônica *Mineirinho*, de Clarice Lispector, e também como o autor(a) age, por meio da literatura, para denunciar as desigualdades, principalmente sociais, que assolam a humanidade. O autor, de maneira geral, na história literária da humanidade, enfrentou diversas formas de censuras, sejam religiosas, sejam políticas. Michel Foucault, ao elencar alguns dos motivos pelos quais a função autor foi institucionalizada, ressalta que, no Renascimento, por conta das mudanças, principalmente políticas, interessava, a quem controlava o poder, saber quem estava publicando e o que estava sendo lido na época. Roger Chartier, em *O autor: entre punição e proteção*, ao retomar Foucault, diz-nos que “antes mesmo que fosse reconhecido o direito do autor sobre sua obra, a primeira afirmação de sua identidade esteve ligada à censura e à interdição dos textos tidos como subversivos pelas autoridades religiosas ou políticas” (CHARTIER, 2009, p. 33). O cenário sobre o qual o crítico se refere corresponde ao período da Inquisição Católica, também conhecido como Idade das Trevas.

Ao darmos um salto no tempo, em um período mais próximo ao contemporâneo, é possível encontrar, no Brasil mesmo, registros de um governo fascista que perseguiu, prendeu e censurou escritores, assim como suas obras, por se posicionarem contra a toda uma cartilha de poder instaurada para controle da população. No início da década de 30, o ditador Getúlio Vargas coloca em vigor seu governo intitulado de Estado Novo, no qual escritores com ideologias contrárias a ele foram severamente perseguidos.

O presidente tinha como objetivo controlar toda espécie de literatura publicada e consumida no país. Com isso, chega a queimar, na Bahia, 1.827 livros, em praça pública, de escritores como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Cecília Meireles e Monteiro Lobato. Em suas respectivas ordens: o primeiro ficou preso por mais de dez anos; o segundo foi preso e teve suas obras duramente censuradas por representar nelas grupos marginalizados, assim como suas misérias, que o governo de Vargas queria esconder; a terceira chega a ter seus poemas e outras obras apreendidas e sua biblioteca fechada; o quarto, por sua vez, tem suas obras infantis, como *O poço do Visconde*, *História do mundo para criança* e *Peter Pan*, queimadas por fazerem críticas ao governo getulista.

fazerem críticas ao governo getulista.

Diante da breve exposição, é possível notar que a literatura tem um papel fundamental na luta pelos direitos humanos, uma vez que, pelo menos nas que assumem um caráter de engajamento social, denuncia a falta deles. Por isso, Jean Paul Sartre ressalta que “a arte da prosa é solidária com o único regime onde a prosa conserva um sentido: a democracia. Quando uma é ameaçada, a outra também é” (SARTRE, 2004, p. 53). Seguindo essas linhas de pensamento crítico, na obra de Clarice, a partir da crônica *Mineirinho*, conseguimos material literário para fundamentar nosso estudo. Clarice, a autora empírica, assume uma posição e faz uma denúncia. Os treze disparos que mataram uma pessoa real e o personagem da crônica matam também uma parte dela. Frente a um povo que muito julga e pouco compreende, uma vez que as pessoas tendem a olhar mais para os defeitos alheios do que para dentro de si mesmas, a cronista vai na contramão e nos propõe uma reflexão sócio-estrutural. Na crônica, fica evidente que Mineirinho não é o único culpado por seus atos, mas sim resultado de um sistema que está historicamente estruturado na desigualdade social.

Clarice e sua escrita inclinada para essas pessoas socialmente desvalidas, porém, não se limita apenas à crônica *Mineirinho*. Entre romances, crônicas e contos, a literatura clariciana sempre teve um olhar muito sensível e, sem dúvidas, peculiar para o ser marginal, como *Mineirinho*, que a sociedade, com muito desprezo, relega ao esquecimento. Em sua crônica *O que eu queria ter sido*, da coletânea *A descoberta do mundo*, Clarice diz que desejava ser uma “lutadora”, lutar pelo bem dos outros: “eu sentia o drama social com tanta intensidade que vivia de coração perplexo diante das grandes injustiças a que são submetidas as chamadas classes menos privilegiadas” (LISPECTOR, 1968, n.p).

Em *O direito à literatura*, Candido diz que essa “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo oportunidade de vivermos dialeticamente os problemas” (CANDIDO, 1988, p. 177). Para o crítico, a produção literária, ou seja, o escritor, “tira as palavras do nada e as dispõe como um todo organizado” (CANDIDO, 1988, p. 179). Nesse sentido, tanto na visão do autor quanto na visão desse trabalho, o escritor organiza o mundo à medida que o percebe, assim, os problemas sociais são, para ele, matéria bruta para produção escrita que dá vida à literatura. Ao lapidar o mundo como um lapidário molda um diamante, o autor dá sentido e beleza para tudo aquilo que era apenas matéria bruta e, na maioria das vezes, incompreensível e, portanto, considerada sem valor. Aqui vale um adendo à visão de Antonio Candido, pois o escritor não tira as palavras do nada, mas sim de uma observação minuciosa do mundo à sua volta; das interrelações pessoais; das relações de poder. Na visão de Tzvetan Todorov, “o escritor é aquele que observa e compreende o mundo em que vive antes de encarnar esse conhecimento em histórias, personagens, encenações, imagens, sons” (TODOROV, 2010, p. 91). Mas seja qual for o conteúdo, essa catarse literária que organiza se dá porque, segundo Sartre, ao se nomear “a conduta de um indivíduo, nós a revelamos a ele; ele se vê” (SARTRE, 2004, p. 20). O que para Candido torna as pessoas mais abertas para a natureza, para a sociedade e para o seu semelhante. Para tanto, como mencionado na introdução, o papel do escritor é substancial, uma vez que o conteúdo alinhado à forma é o que caracteriza o valor literário de uma obra. Candido diz que a maneira

como a literatura é construída o aspecto é “senão o mais importante, com certeza crucial, porque é o que decide se uma comunicação é literatura ou não” (CANDIDO, 1988, p. 179). Com isso, pode-se ponderar que no âmbito literário a forma determina o valor do conteúdo ou, nas palavras de Candido, “a mensagem é inseparável do código, mas o código é a condição que assegura o seu efeito” (CANDIDO, 1988, p. 180).

Clarice Lispector ela mesma, em suas obras, evidencia tal forma criadora que, em certa medida, precede o conteúdo. O melhor exemplo disso está em seu último romance publicado em vida: *A hora da estrela*. A autora cria uma história alicerçada na metalinguagem, na qual o processo de escrita enfrentado por um escritor rouba a cena e explicita as dificuldades em alcançar o que o personagem escritor Rodrigo S. M. vai chamar de a “verdade em sua escrita”. Um dos questionamentos centrais do romance é o de como construir um enredo, no qual a história de uma personagem, que é tão diferente de seu autor, não seja contaminada com a personalidade dele.

Nessa metacriação, Rodrigo S. M., escritor/narrador e personagem do romance, problematiza a escrita da história que se propôs a contar e declara que não escreve por conta da personagem, mas sim por motivos mais fortes que a nordestina. Ele declara que escreve, antes de mais nada, por ter captado o espírito da língua “e assim às vezes a forma é que faz o conteúdo” (LISPECTOR, 1998, p. 18). Em teoria, Candido escreve que “em literatura uma mensagem ética, política, religiosa ou mais geralmente social só tem eficiência quando for reduzida a estrutura social, a forma ordenadora” (CANDIDO, 1988, p. 183). Destarte, ao secundarizar a história de Macabéa e colocar no protagonismo o personagem escritor Rodrigo e o processo de escrita, a autora representa com maestria a definição do crítico sobre o fazer literário: a forma – ao mesmo tempo, dá a uma personagem socialmente hostilizada uma voz e um espaço no qual pode gritar por socorro. Assim, a autora se vale da situação marginalizada dos nordestinos na esfera social para evidenciar a distância entre o eu que escreve e o outro que se visa capturar na escrita. Ela coloca no núcleo do romance a busca do escritor pela verdade despersonalizada de si: a verdade de sua personagem.

2. A escrita literária e a redenção de Mineirinho

Clarice Lispector, em um artigo que escreveu para *A Época*, revista da faculdade de Direito em que estudava, intitulado *Observações sobre o Fundamento do Direito de Punir*, publicado em 1941, defende que “não há o direito de punir. Há apenas o poder de punir” (LISPECTOR, 2015, n.p). Ao ser criticada por um colega, a autora replica, em nota de rodapé, dizendo que o direito penal “move” com coisas humanas e, portanto, só é possível estudá-lo humanamente. É sob lentes altruístas que Clarice escreve a crônica *Mineirinho*¹ em 1962 para a revista *Senhor*, no Rio de Janeiro.

A escrita de Clarice é singular, desvia-se do senso comum e dos próprios modelos de obras literárias estabelecidos em sua época. Candido, em

1 José Miranda Rosas, inspiração para a escrita da crônica *Mineirinho*, de Clarice Lispector, nasce em Minas Gerais e, por isso, ganha esse apelido. Um dos bandidos mais procurado pela polícia em 1960, no Rio de Janeiro. Mineirinho era conhecido pelo povo como uma espécie de *Robin Hood* carioca. Depois de inúmeras prisões, em 1962, ele é caçado por cerca de 300 homens e morto com treze tiros.

No raiar de Clarice Lispector, ao analisar o primeiro romance da autora, *Perto do coração Selvagem*, tece elogios e declara que ela se arrisca em uma forma de narrativa que foge às fórmulas já existentes. Ele conclui com a afirmação de que a intensidade de sua escrita e a rara vida interior de Clarice poderão fazer dela “um dos valores mais sólidos e, sobretudo, mais originais de nossa literatura” (CANDIDO, 1943, p. 131).

Na crônica *Mineirinho* não é diferente. A autora destoa do senso comum e pondera, já de início: “É, suponho que é em mim, como um dos representantes de nós, que devo procurar por que está doendo a morte de um facínora. E por que é que mais me adianta contar os treze tiros que mataram Mineirinho do que os seus crimes” (LISPECTOR, 2016, n.p). Ao usar o pronome de primeira pessoa do plural (nós), a narradora assume a responsabilidade de representar uma população que dificilmente teria tal iniciativa, até mesmo por não se dar conta de que o assassinato de Mineirinho é, sobretudo, um problema social. Como representante de uma classe mais próxima do protagonista, Clarice integra à narrativa uma cozinheira que, segundo Thaís Ferreira Barros, “proporciona uma aproximação com a população que fazia parte do âmbito social de Mineirinho” (BARROS, 2019, p. 70-71).

Adiante, apresenta-se um embate entre duas versões de um mesmo homem. De um lado, um bandido reincidente procurado; por outro, um ser humano cruelmente executado pela polícia. A visão confusa da empregada, ao se deparar diante da perturbadora e complexa ideia de que “Mineirinho era perigoso e já matara demais; e no entanto nós o queríamos vivo” (LISPECTOR, 2016, n.p), remete à dicotomia que assola a mente da personagem por não entender o que sente. A falta de compreensão dá-se pela ausência de conhecimento da própria formação sócio-histórica da sociedade na qual vive. Orientada pela ideologia das classes hegemônicas, a cozinheira precisa “trair sensações contraditórias por não saber como harmonizá-las” (LISPECTOR, 2016, n.p). Assim, ela renega seu sentimento de compaixão e revolta que pensa ser uma brutal injustiça tal assassinato em prol de um pensamento de que o fim de Mineirinho é resultado de uma escolha e, portanto, ele teve o que mereceu. Nesse sentido, ela prefere não se manifestar, cala-se porque entende que sua opinião “não serve para dizer” (LISPECTOR, 2016, n.p). Ao mesmo tempo em que busca conforto na crença religiosa e declara que tem “certeza de que ele se salvou e já entrou no céu” (LISPECTOR, 2016, n.p). A partir dessa declaração, é possível inferir muito sobre a estrutura religiosa que permeia todas as camadas do tecido social. Como resultado desse aspecto, temos a alienação religiosa de um povo que, tendo capacidade de agir por si, espera em Deus a resolução de problemas solúveis por ele mesmo; uma sociedade que, assim como bem representa a cozinheira, consola-se com a crença de que Deus virá um dia salvá-la e que tudo acontece segundo a vontade Dele.

Portanto, ignora-se o problema real procurando “não entender. Porque quem entende desorganiza. Há alguma coisa em nós que desorganizaria tudo – uma coisa que entende” (LISPECTOR, 2016, n.p). Entender é sair da zona de conforto. E, assim, nessa inércia social, perde-se o sentimento revolucionário, pois, em vez de desorganizar o sistema para reconstruí-lo de forma mais justa e igualitária, prefere-se viver na comodidade propor-

cionada pela alienação social. O alívio para a consciência culpada vem de um “deus fabricado no último instante” (LISPECTOR, 2016, n.p). Nesse contexto, a religião, por vezes, cega as pessoas de sua própria capacidade funcional dentro do sistema, impedindo-as de agir ativamente em prol de uma justiça baseada na equidade; de lutarem pelos seus próprios direitos e reivindicarem inclusão para os que vivem à margem do sistema capitalista.

Nesse sentido, a narradora concorda com a cozinheira sobre o destino de Mineirinho: “Respondi-lhe que ‘mais do que muita gente que não matou’” (LISPECTOR, 2016, n.p). De certa forma, o céu, para além de um lugar de repouso para almas fatigadas, também dentro de uma perspectiva social, funciona como um alívio moral. Uma sociedade que se consola na crença de que, apesar de todo o sofrimento vivido no plano físico, as pessoas encontrarão descanso no plano espiritual, mantém-se conformada com a realidade, independentemente de quão dura ela seja. Essa forma de pensamento, que reflete uma estrutura social enviesada, é frequentemente refletida em discursos recorrentes que tentam justificar o injustificável, reproduzida por pessoas que, como a narradora afirma mais à frente, escolhem não entender: “morreu porque mereceu”; “quem procura, sempre encontra”; “bandido bom, é bandido morto”. E, à sombra desse senso popular, o Estado opera seus crimes particulares.

Ademais, a narradora invoca o mandamento bíblico “não matarás” como forma de enfatizar a hipocrisia da sociedade sobre a qual escreve. Uma vez que é um sistema que se pauta em uma rígida doutrina religiosa, não deveria violar um dos primeiros mandamentos revelados por Deus. No plano jurídico, também, a mesma contradição se repete, constituindo-se como uma infração ao próprio código. O Estado, não raramente, só exerce seu poder de punir ao subverter a própria lei constitucional, que prevê um julgamento considerado justo e proporcional ao delito. Assim, tanto no nível religioso como no plano jurídico, normas que regem a sociedade, a morte de Mineirinho não se justifica.

A seguir, “em uma cadência estarrecedora, Clarice traduz, de forma metafórica, a descrição que lê nas reportagens sobre os treze tiros² e, como se tivesse presenciado o fato, sintetiza em uma linguagem com denso teor conotativo como eles a atingiram” (GOMES, 2020, p. 38).

Mas há alguma coisa que, se me faz ouvir o primeiro e o segundo tiro com um alívio de segurança, no terceiro me deixa alerta, no quarto desassossegada, o quinto e o sexto me cobrem de vergonha, o sétimo e o oitavo eu ouço com o coração batendo de horror, no nono e no décimo minha boca está trêmula, no décimo primeiro digo em espanto o nome de Deus, no décimo segundo chamo meu irmão. O décimo terceiro tiro me assassina – porque eu sou o outro. Porque eu quero ser o outro (LISPECTOR, 2016, n.p).

A partir disso, a narradora se transfigura em seu próprio personagem

2 Na época, o jornal *Diário Carioca* noticiou o assassinato de José Miranda Rosas da seguinte forma: “Com uma oração de Santo Antonio no bolso e um recorte sobre seu último tiroteio com a Polícia, o assaltante José Miranda Rosa, “Mineirinho”, foi encontrado morto no Sítio da Serra, na estrada Grajaú-Jacarepaguá, com três tiros nas costas, cinco no pescoço, dois no peito, um no braço esquerdo, outro na axila esquerda e o último na perna esquerda, que estava fraturada, dado à queima-roupa, como prova a calça chamuscada.” (Weguelin, s. d. *Diário Carioca*, 1º de maio de 1962, apud ROSEMBAUN, n.p).

e busca, de alguma forma, experimentar a brutalidade da qual Mineirinho foi vítima. Esse movimento de identificação com o outro não é exclusividade dessa crônica de Clarice. Em 1977, ela publica sua última obra, já mencionada aqui: *A hora da estrela* – que, não por coincidência, traz, na folha de rosto, treze títulos. A semelhança entre aquele personagem e a desse romance, Macabéa, permite-nos fazer um paralelo bem claro entre ambos. Se, no romance, Rodrigo S. M. deixa de “fazer a barba durante dias” para, assim, “adquirir olheiras escuras por dormir pouco (...) Além de vestir-se com roupa velha rasgada” (LISPCTOR, 1998, p. 20, grifo nosso), para se pôr no lugar da nordestina, em *Mineirinho* a narradora se sente atingida pelas balas que assassinaram o personagem. Nesse movimento de se ver como o outro, a narradora reconhece a sua parcela de culpa “porque **sabe** que ele é o **seu** erro” (LISPCTOR, 2016, n.p, grifo nosso), enquanto parte de uma sociedade privilegiada, em relação à marginalidade de Macabéa e Mineirinho. Mas, como escritora e pertencente a uma pequena parcela de pessoas que têm consciência dos reais motivos que levam a tais realidades, Clarice Lispector, como bem diz em um dos títulos, “eu não posso fazer nada”, não pode fazer muito, além do “registro dos fatos antecedentes”, afinal, o destino dessa gente já está traçado e dificilmente foge à regra. Para André Luís Gomes, “é a leitura como experiência trágica que faz com o que a narradora-autora trafegue entre o delimitado do fato ocorrido, ou seja, entre o espaço que lhe resta entre um ponto final e outro, pois não há futuro para Mineirinho” (GOMES, 2020, p. 41). Por isso, é que tanto em *Mineirinho* como em *Macabéa* não há voz, apenas gritos: “ele já é tão mudo que só o bruto grito desarticulado serve de sinalização” (LISPCTOR, 2016, n.p). Esse grito que flerta com a animalização do ser humano, representa a falta de linguagem presente nos personagens. Clarice escritora entra aqui como uma mediadora da voz que faltou neles, uma vez que o domínio do código linguístico está aquém das condições de vida em que se encontram.

Ao discorrerem sobre uma justiça parcial que impera no âmbito jurídico, os autores Oliveira, Mafei, Credencio, Mathias, Jacob e Goulart (2016) registram que:

A racionalidade que ainda impera no direito tende a ser dogmática e dedutiva. Oferece soluções em um sistema fechado e técnico-jurídico. Trata-se de um direito que se legitima a partir da autoridade do Estado e que confere uma lógica própria à construção, compreensão e aplicação do direito (OLIVEIRA, *et al.*, 2016, p. 51).

De frente a essa (in)justiça, a narradora vai repudiar essa falsa segurança da qual faz uso e, por isso, se sente humilhada: “Essa justiça que vela meu sono, eu a repudio, humilhada por precisar dela” (LISPCTOR, 2016, n.p). Esse sono, que para a narradora significa uma falsa salvação, representa uma classe que, de certa forma, vive em um mundo onírico, incompatível com a realidade da maioria da população. A falsa segurança é fruto dessa justiça que se legitima a partir de interesses do Estado, pois é uma segurança instável. Não obstante, a narradora-personagem relata estar impotente, até mesmo para manifestar sua própria revolta diante de atrocidades como essa da qual Mineirinho foi vítima: “Para que minha casa funcione, exijo de mim como primeiro dever que eu seja sonsa, que eu não exerça a mi-

na revolta e o meu amor, guardados” (LISPECTOR, 2016, n.p). A casa está como uma representação de um abrigo ou como metáfora para o lugar que a narradora e a classe à qual ela pertence ocupam na sociedade. Debaixo de um teto, ela se mantém sob a proteção do Estado, desde que se faça de sonsa e feche os olhos, não conteste as ações desse que, por sua vez, não pensa de forma humana, mas, antes disso, tem sua proteção voltada “ao patrimônio e Mineirinho era objeto, um risco ao patrimônio. Nesse caso, o importante seria proteger a sociedade dos delinquentes que não se moldavam ao padrão de cidadão médio” (OLIVEIRA, *et al.*, 2016, p. 59). Assim como objetos, tão facilmente descartáveis, também são facilmente substituíveis, porque, embaixo da casa, há um terreno/chão, “onde nova casa poderia ser erguida” (LISPECTOR, 2016, n.p). A segurança ofertada pelo governo, portanto, vem com um preço: a repressão de sentimentos, como o amor e a revolta que a narradora é obrigada a guardar: amor pela pessoa humana em Mineirinho, revolta com as injustiças, com a brutalidade da morte do personagem, com sua própria impotência diante disso.

Adiante, fica explícita a culpa que a narradora sente pela morte de Mineirinho, e, como fala em nome do *nós*, a nossa culpa: “Como não amá-lo, se ele viveu até o décimo terceiro tiro o que eu dormia?” (LISPECTOR, 2016, n.p). Resultado “das vicissitudes do processo de colonização do Brasil, das marcas violentas deixadas pela escravidão, dos desajustes do desenvolvimento capitalista periférico e das políticas elitistas” (ROSEMBAUN, 2010, n.p), Mineirinho, antes de ser um bandido, é uma vítima. É o erro que aparece no reflexo da narradora diante do espelho. É fruto de uma ausência paterna que o obrigara a crescer sozinho, sem orientação. Mineirinho, para além da crônica de Clarice, representa milhares de crianças que encontram no aliciamento do tráfico uma salvação para não morrerem de fome; um abrigo para a hostilidade do mundo, no qual aprendem que a melhor forma de se defender é atacando. A “violência inocente” (LISPECTOR, 2016, n.p) de Mineirinho diz respeito à criança assustada que ele foi um dia; ao filho de um pai que passa a noite guardando seu cadáver fuzilado. Uma violência velada, encoberta pelas grades das prisões ou debaixo de sete palmos de terra. É nesse sentido que a narradora volta a tecer críticas à hipocrisia religiosa quando escreve sobre uma justiça realmente justa que prevenisse para não precisar punir depois. Uma justiça que não a envergonharia:

A justiça prévia, essa não me envergonharia. Já era tempo de, com ironia ou não, sermos mais divinos; se adivinhamos o que seria a bondade de Deus é porque adivinhamos em nós a bondade, aquela que vê o homem antes de ele ser um doente do crime. Continuo, porém, esperando que Deus seja o pai, quando sei que um homem pode ser o pai de outro homem (LISPECTOR, 2016, n.p).

No excerto acima, a narradora atribui a nós, seres humanos, a responsabilidade muitas vezes designada pelo próprio homem a Deus, de cuidarmos uns dos outros: de prevenir para não precisar punir. Porque “vinte e oito anos depois que Mineirinho nasceu” (LISPECTOR, 2016, n.p) é muito tarde. Nesse contexto, a narradora renuncia à sua “casa” porque o que ela quer é uma justiça “que tivesse dado chance a uma coisa pura e cheia de desamparo em Mineirinho.” (LISPECTOR, 2016, n.p). O que ela quer é uma justiça que releve as condições sociais que induziram criminosos, assim

como Mineirinho, à vida do crime, que reconheça sua culpa enquanto segregação de classe, banindo determinados grupos ao limbo social, de forma a obrigá-los a se revelar contra o sistema. Mas, acima de tudo, uma justiça que dê a qualquer um o que lhe é de direito: um julgamento justo que, por sua vez, não abarque execução, já que pena de morte não é sequer prevista na constituição brasileira.

Segundo Yudith Rosenbaum, “o recalque da violência, como já se sabe pela teoria psicanalítica, cobra seu preço no processo civilizatório. O que vemos rebentar-se em Mineirinho não nos é estranho; ao contrário, é demasiadamente humano (...)” (ROSENBAUM, 2010, n.p). Nessa perspectiva, o facínora de Clarice Lispector é uma bomba relógio que foi gradualmente programada pela pressão das desigualdades sociais. Mas o que também explode nele é potencial em nós todos: “Tudo o que nele foi violência é em nós furtivo, e um evita o olhar do outro para não correremos o risco de nos entendermos” (LISPECTOR, 2016, n.p). O bandido assassinado explora os limites da revolta, da maldade e da violência humana, não só ao praticar crimes e matar pessoas, mas também ao ser a vítima de uma execução fria. Um questionamento que vem implícito no texto é o de que até que ponto o policial que assassina Mineirinho é diferente ou melhor que ele, se não mais cruel? Esse limite não é tão fácil de ser balizado, o mesmo não se pode dizer do uso da violência policial tendo como respaldo as ações de determinados criminosos. Com a justificativa de combater o crime, o Estado coloca em ação sua prática de extermínio dos que insurgem, desafiam e desestabilizam o seu poder. Nessa perspectiva, a maldade humana se faz presente na revolta de Mineirinho, na pretensa ação de justiça do Estado e até mesmo na abstenção silenciosa da população: todos cúmplices de um sistema malfadado.

Ao reclamar mais uma vez uma justiça ideal, a narradora explana dois sentimentos antagônicos: revolta, presente nas ações criminosas de Mineirinho e na brutalidade do policial; amor, representado pelo afeto a uma mulher; pelo próprio gesto de dar água a alguém, não por ter água, mas por já ter sentido sede. Do mesmo modo, a ação do protagonista é desencadeada por revolta devida a ter experimentado as injustiças das desigualdades sociais. Nada aqui é tão humano quanto esses sentimentos. A não humanidade se apresenta no não reconhecimento disso. Assim, o amor e o ódio se encontram no mesmo patamar. Ambos levam os seres humanos ao limiar da irracionalidade. São “grão de vida que se for pisado se transforma em algo ameaçador – em amor pisado; essa coisa, que em Mineirinho se tornou punhal, é a mesma que em mim faz com que eu dê água a outro homem” (LISPECTOR, 2016, n.p). A essência humana “é uma coisa que em nós é tão intensa e límpida como uma grama perigosa de radium” (LISPECTOR, 2016, n.p), que tanto pode servir para o bem quanto para o mal. O termo “radium”, presente na crônica, faz referência ao elemento químico Rádium: uma radioatividade contida na natureza, que nos remete à instabilidade, ao descontrole, tão natural do ser humano, quando levado aos seus extremos. Assim como o amor que pode se transformar em ódio e tornar-se ameaçador por não ter recebido certos cuidados.

Motivada pela visão humana e pela sensibilidade com a violência do caso Mineirinho, a voz da narradora perpassa a crônica a pedir “gradual-

mente por justiça, tanto que a palavra “justiça” é repetida nove vezes ao longo da crônica. Essa repetição não é somente incisiva, mas ganha contornos e adjetivações variadas na intensidade e na opacidade do que se apresenta de modos distintos” (GOMES, 2020, p. 41). Em exemplo, a certa altura, essa justiça que “pune” Mineirinho é classificada como uma justiça “estupidificada”, ou seja, uma lei bestial, que desconhece a humanidade latente nas pessoas. Seja qual for o impulso que levou policiais a atirarem em um homem já morto no chão, não é de uma natureza humanizada. Diante disso, a narradora reafirma sua posição, a qual já havia estabelecido desde o início: essa forma desigual e injusta de poder conta com o auxílio da população que, de forma sorrateira, finge não haver nada de errado. Ao sentimento de cumplicidade é que se atribui consciência culpada da personagem. Pois, não é apenas se calar diante das injustiças, é beneficiar-se dela. É um pacto social não acordado. Pessoas que, assim como ela, são “baluartes de alguma coisa” (LISPECTOR, 2016, n.p) – uma construção de sociedade solidificada sobre duas faces, que metaforiza a forma como essa está organizada: dividida em classes, “há os que têm. E há os que não têm” (LISECTOR, 1998, p. 25); há os que podem, e os que não podem.

O protagonista é, portanto, fruto de um erro que a narradora diz ser “de uma vida inteira, por Deus, o que se salva às vezes é apenas o erro” (LISPECTOR, 2016, n.p). Mineirinho é o erro que a narradora vê diante do espelho, no qual reflete a culpa social impregnada no pronome *nós*. Ele é o erro de um silêncio da autora, da narradora, da cozinheira e do Estado diante desse mal. Mas um silêncio que também é quebrado pela escrita literária e, só por isso, torna-se uma denúncia que se perpetua: porque usa dessa organização para relatar uma mazela social que, segundo o próprio texto, é “furtivo” em uma justiça desumana: “Essa alguma coisa muito séria em mim fica ainda mais séria diante do homem metralhado. Essa alguma coisa é o assassino em mim? Não, é o desespero em nós” (LISPECTOR, 2016, n.p). Nádía Battella Gotlib escreve que Clarice via o mundo de forma enviesada, “desfocava a realidade, deslocando-a de uma imagem limpa, definida, estável. Transformou esse modo de ver numa prática constante da visão do impossível” (GOTLIB, 2013, p. 436). Como no caso de Mineirinho, Clarice-escritora projeta seu olhar contrário ao de todos, que, ao mesmo tempo, desestabiliza a estrutura de um sistema antigo que prefere fechar os olhos, porque ver é compreender e compreender provoca mudanças e mudar, nesses casos, é desconfortável, desorganiza a “falsa segurança”.

Por fim, Clarice descreve a justiça que almeja e, por certo, seria a ideal – uma nos moldes dos “doidos”: talvez fazendo alusão ao que ela classifica como “bobo”, em sua crônica *Das vantagens de ser bobo*, na qual Jesus Cristo aparece como um exemplo de bobo, alguém tão bom que se sacrificou por amor à humanidade. Em *Mineirinho*, doido significa ter amor e compreender o absurdo dessa violência da qual o protagonista foi vítima: “É como doido que entro pela vida que tantas vezes não tem porta, e como doido compreendo o que é perigoso compreender, e só como doido é que sinto o amor profundo” (LISPECTOR, 2016, n.p). Além disso, também se apresenta como alguém que se opõe aos policiais e suas metralhadoras: “Se eu não fosse doido, eu seria oitocentos policiais com oitocentas metralhadoras, e esta seria a minha honorabilidade” (LISPECTOR, 2016, n.p). Sob esse viés,

a narradora almeja uma justiça prévia que desse chance a Mineirinho; que considerasse os fatores externos que incidem no comportamento psicossocial das pessoas; “que se lembrasse de que nossa grande luta é a do medo, e que um homem que mata muito é porque teve muito medo” (LISPECTOR, 2016, n.p); e que adquirisse uma visão reflexiva do mundo, de forma a entender que somos todos feitos da mesma matéria e que, por isso, um crime não pode ser usado para justificar a prática de outros. A crônica acaba com a declaração da narradora de que não quer nada sublime, nem as palavras vazias que a “fazem dormir tranquila, mistura de perdão, de caridade vaga, nós que nos refugiamos no abstrato. O que eu quero é muito mais áspero e mais difícil: quero o terreno” (LISPECTOR, 2016, n.p). A narradora não quer nada extraordinário, a promessa das leis que foram firmadas em Constituição nem nada utópico, refugiar-se no abstrato de um deus fabricado para o alívio da consciência culpada – ela quer a valorização do ser humano aqui e agora, uma justiça que considere e abarque as irregularidades das quais são formadas as pessoas, que considere as desigualdades sociais e, por que não, que olhe com amor de um bobo para o outro.

Na entrevista à TV Cultura, Clarice, ao falar sobre a crônica *Mineirinho*, reflete com indignação o fato de que, “qualquer que fosse o crime do personagem, apenas uma bala bastaria, de resto, era vontade de matar”. Se para a autora empírica treze tiros instigam revolta e remetem à carnificina, o que ela sentiria e, porventura, escreveria se vivesse hoje, quando, não há muito tempo, segundo site da Folha de São Paulo, uma família,³ a caminho de um Chá de Bebê, tem seu carro fuzilado pelo exército com oitenta tiros e um homem inocente acaba morrendo? Diferente de Mineirinho, que estava sendo caçado, Evaldo dos Santos Rosa foi morto por um estranho engano. Mas, em ambos os casos, é possível identificar vítimas de abuso de poder do Estado. Parafraseando Clarice: seja lá quem fossem os bandidos que ocasionaram o suspeito mal entendido, não eram necessárias oitenta balas para os deter. Isso é carnificina. Para Alves, “o lapso temporal e histórico parece não ter aplacado nem diminuído a distância entre o ‘nós’ e o ‘outro’, muito menos tornado mais simples ou clara a relação entre ‘ordem’ e ‘marginalidade’” (ALVES, 2011, n.p), ou seja, o poder do Estado só mudou de gestão, mas os ideais são os mesmos.

A visão disforme de mundo que a falsa segurança forma na mente da sociedade nutre e perpetua o poder das classes dominantes, ao passo que nos distancia ainda mais do outro que não é *nós* (Mineirinho). Nesse sentido, o que Clarice escreveu no ano 1962 ultrapassa esse tempo histórico. Denuncia, ainda hoje, a hipocrisia, a alienação e a violência das pessoas e do sistema. E é aqui que nosso trabalho se justifica ao ponto que justifica a existência de um dos sentidos do escritor na história. Por meio de registros literários, é possível, mesmo que não haja mudanças estruturais, analisar o presente com referência no passado e nos organizar, de forma consciente, como seres situados no tempo histórico em que vivemos. Assim, também,

3 Em 2019, no Rio de Janeiro, uma família teve seu carro fuzilado com mais de 80 tiros por soldados do exército que alegaram ter confundido o carro da família com o carro de assaltantes. O músico Evaldo dos Santos Rosa morreu no local, o sogro da vítima ficou ferido e as outras três pessoas que estavam no carro não foram atingidas. A família estava a caminho de um Chá de Bebê.

defende Candido: “a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição de direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual” (CANDIDO, 1988, p. 188). E, muito importante, a literatura suscita e desenvolve a humanidade potencial em cada um de nós, tonando-nos mais sensíveis ao mundo e mais solidários com os nossos semelhantes.

3. Considerações finais

A escritora, por meio da literatura, imortaliza personagens marginalizados como Mineirinho e Macabéa. Em condições normais, todos os dias, recebemos notícias de pessoas que foram assassinadas de forma brutal. Assim também, todos os dias, deparamo-nos com pessoas à margem da sociedade: dormindo na rua, embaixo de viadutos, nas beiras das calçadas, pedindo esmola. Mas, tão logo quanto passamos por essas pessoas, também as esquecemos, pois, em seguida, deparamo-nos com mais situações semelhantes, seja no noticiário da TV, seja na próxima esquina. E aqui entra a importância da literatura – do escritor como uma espécie de agente social ou, pensando em outros termos, um ativista por meio da literatura. Pois com sua escrita literária, cuidadosamente pensada, dá um rosto, voz e palco para esses personagens marginalizados da vida real. É diante do exposto que este trabalho defende, respaldado principalmente pelas ideias de Candido e Sartre, que a forma é determinante no valor literário de uma obra. Sendo ela a responsável por consolidar um romance, crônica ou conto na história da literatura, brasileira ou mundial, é também a expoente, de geração em geração, das mazelas sociais que muito tristemente assolam o mundo.

Nesse aspecto, afirmamos que a crônica *Mineirinho* soa como uma intervenção literária; como uma denúncia social; como um pedido à reavaliação do sistema, das formas de punir; mas, acima disso tudo: como um “grito de horror à vida” (LISPECTOR, 1998, p. 33); de indignação com a falta de amor; de empatia; indignação pela miséria humana. Assim é que a escrita da autora nos atinge de forma desconfortante, desestabilizadora, porque ela não escreve sobre o que queremos ser ou o que gostaríamos de ser, mas sim sobre o que somos. Na estrutura social, somos um bandido assassinado a sangue frio, somos, desse modo, a frieza e a maldade; somos Macabéa, abandonada à própria sorte pelo mundo e por Deus, morrendo como indigente; somos senhorinhas deixadas pela família em asilos ou para morrerem nas ruas, assim como no conto *Viagem a Petrópolis*. Nesse sentido é que Rosenbaum pontua o seguinte: “Clarice Lispector, como sempre, parece colocar à mostra o que deveria ter ficado oculto: *a matéria de vida, placenta e sangue, a lama viva*” (ROSEMBAUN, 2010, n.p).

Dessa forma, a escritora confirma Sartre na epígrafe escolhida para esse artigo: ela desvenda os sentidos ocultos por trás da morte “óbvia” de Mineirinho; desata os nós que amarram a sociedade, mantendo-a presa nas falsas seguranças de suas casas e, depois de feito isso, já não somos mais inocentes diante do pecado da injustiça – as vendas dos nossos olhos foram tiradas, não há mais como nos abstermos, não por alegação de ignorância. Com isso, Clarice, por meio da literatura, redime Mineirinho de seus cri-

mes, ao mostrar a falta de escolha do personagem e fazer uma meia culpa, enquanto parte de um *nós* social. Além disso, é válido ressaltarmos a importância da escrita literária, bem como essa crônica de Clarice, como documento histórico para a análise do presente, uma vez que o abuso de poder pelo Estado, que “é um ponto bastante perceptível na morte de Mineirinho” (BARROS, 2019, p. 74), é uma das coisas que temos de mais atual em nossa sociedade.

Referências

ALVES, Fernanda Andrade do Nascimento. **Facínoras/matadores/sicários: a violência e o contato com a alteridade em mineirinho, rosario tijeras e o invasor**. Disponível em: <https://abralic.org.br/eventos/cong2011/AnaisOnline/resumos/TC1173-1.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

BARROS, Thaís Ferreira. A sensibilidade com “o outro” no conto “Mineirinho”, de Clarice Lispector. *In: Encontros Claricianos: “Como uma Flor(a) é feita”*. Disponível em: <https://ppglettras.ufc.br/wp-content/uploads/2019/07/anais-encontros-claricianos-2019.pdf#page=68.%20Acesso%20em:%2006%20de%20abr.%202021>. Acesso em: 16 mai. 2021.

CANDIDO, Antonio. **No raiar de Clarice Lispector**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4953166/mod_resource/content/1/No%20raiar%20de%20Clarice%20-%20AC.pdf. Acesso em: 15 set. 2021.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. Disponível em: <https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2011/10/candido-antonio-o-direito-c3a0-literatura-in-vc3a1rios-escritos.pdf>. Acesso em: 15 mar. de 2021.

CASTELLO, José. **Jorge Amado e o Brasil**. *In: O Universo de Jorge Amado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger. O autor: entre punição e proteção. *In: A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor. *In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema / Ditos e Escritos III*. 2. ed. Trad. Inês Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOTLIB, Nádia Battella. **Clarice: uma vida que se conta**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

GOMES, André Luís. 13 títulos ou 13 tiros em 3 sopros de vida ou morte em Clarice Lispector. **Periódico UnB**, Brasília, v. 54, n. 31, p 36-44, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/31613/27927>. Acesso em: 21 mai. 2021.

LERNER, Júlio. PANORAMA com Clarice Lispector. TV CULTURA. **Youtuber**. 7 de dez. 2012. 28min31s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ohHP112EVnU&t=614s>. Acesso em: 22 mai. 2021.

LISPECTOR, Clarice. O que eu queria ter sido. *In: A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1968.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LISPECTOR, Clarice. Das vantagens de ser bobo. *In: A descoberta do mundo*. Org. Benjamim Moser. Rio de Janeiro: Rocco, 1970.

LISPECTOR, Clarice; MONTEIRO, Teresa; MANZO, Lícia (Org.). Observações sobre o direito de punir. *In: Outros escritos*. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2015.

LISPECTOR, Clarice. Viagem a Petrópolis. *In: Todos os contos*. São Paulo: Rocco Digital, 2016.

LISPECTOR, Clarice. Mineirinho. *In: Todos os contos*. São Paulo: Rocco Digital, 2016.

PAULUZE, Thaiza; NOGUEIRA, Italo. Exército dispara 80 tiros em carro família no Rio de Janeiro e mata músico. **Folha de São Paulo**, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>. Acesso em: 16 set. 2021. 1198

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; CASTRO, Jetur Lima de. **(Re)visitando o Estado Novo no Brasil: uma análise da censura e a difusão cultural dos livros nas bibliotecas**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/80013/48791>. Acesso em: 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, Ana Paula Polacchini de; M, A; C, B; M, J V; J, M; G, R. Aproximações entre direito e arte: cultura de direitos humanos “Mineirinho” e o cuidado humanista de Clarice Lispector. *In: Direito e Sociedade: Revista de Estudos Jurídicos e Interdisciplinares*. São Paulo, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: http://unifipa.com.br/site/documentos/revistas/direito/dir_2016_vol11_n1.pdf#page=53.%20Acesso%20em:%2006%20de%20abr.%202021,%20p.53-51. Acesso em: 15 mai. 2021.

SARTRE, Jean Paul. Que é escrever. *In: Que é literatura*. 3. ed. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2004, p. 9-29.

ROSENBAUM, Yudith. A ética na literatura: leitura de “Mineirinho”, de Clarice Lispector. *SciELO*, São Paulo, v. 24, n. 69, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142010000200011&script=sci_art

text&tIng=pt. Acesso em: 06 de abr. 2021.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. 3. ed. Trad. Caio Meira. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.